

CATALUNHA – UMA EDUCAÇÃO QUE PROMOVE A DIGNIDADE DO POVO CAMPESINO. VAMOS CONSTRUIR A NOSSA?

Ilsen Chaves da **Silva** – UNIPLAC

Se somos cidadãos do mundo, partilhemos os acertos.

Valorizar e preservar o local sem perder de vista o global. Eis o que entendemos imprescindível para o desenvolvimento regional acompanhando os avanços e as experiências bem sucedidas realizadas no país e/ou fora dele.

No momento em que vivemos, no qual se desfaz o mito da ‘felicidade urbana’, e ainda não se tem muito clara a vocação do campo, que deixou há algumas décadas a sua ocupação exclusivamente agrária – rural, sendo substituída, nos países e regiões “desenvolvidas” pela agroindústria, que hoje também se constitui em motivo de grande preocupação pela degradação ambiental.

A região serrana, após ter sobrevivido da pecuária com as grandes fazendas até meados do século XX, vive, segundo Munarim, p.85 “Grosso modo, desde o início da extração da madeira (1945) para a indústria da construção civil nacional em pleno ‘desenvolvimentismo’ e acrescentamos com seu auge na década de 1970, com o corte desordenado de nossas matas nativas de araucárias. “Até pelo menos o advento da atual onda de globalização, seu papel primordial no contexto econômico estadual e nacional tem sido vinculado ao setor primário - exploração de recursos naturais e produção agropecuária”(Munarim, p.85). Há algum tempo, se volta para as plantações de ‘pinus’, que já mudaram a paisagem da região.

É novamente a monocultura *tomando conta*, mas não garantindo desenvolvimento sustentável, desencadeando, além da degradação ambiental, estragos no solo e a contaminação das águas, sendo mais um elemento que contribui com o êxodo rural. Os pequenos municípios, bem como as pequenas propriedades rurais nesse modelo não oferecem condições de subsistência. Diante disso os jovens migram para estudar e para trabalhar, permanecendo no campo, os velhos desesperançados, solitários, sem sonhos.

Para pensar o local sem perder de vista o global, um caminho pode ser analisar experiências bem sucedidas desenvolvidas em outras localidades. Este o motivo de olhar para a história e experiência catalã, pois pode contribuir via educação dos povos com o desenvolvimento econômico social e regional.

Pensar em uma educação que faça sentido para as maneiras de viver das populações do interior, e não somente sobreviver. Uma educação que seja também política em que os

educadores (a partir de uma formação voltada para o campo) possam intervir no poder local, para pensar juntos, e encontrar soluções de organização e trabalho para que as pessoas que ali vivem tenham acesso à alimentação, à moradia, à educação e à saúde, sem precisar abandonar o solo, a terra onde nasceram preservando sua identidade coletiva. Este é o modelo que buscamos na experiência catalã que parece ter descoberto a vocação do campo para seu povo.

A Espanha, bem como a França, e outros países europeus viveram, desde a década de 1960 o que hoje se vive aqui a partir da década de 1990. O abandono e a previsão de que se findava a vida no espaço campesino; com isso a descentralização e conseqüentemente a desativação das pequenas escolas num processo de concentração das mesmas em espaços urbanos. Com uma defasagem de mais ou menos trinta anos ocorreram os processos semelhantes, fato que se explica através da própria história. O processo civilizatório do Brasil só se inicia no século XVI. Enfim, com isso queremos lembrar que como país subdesenvolvido, do terceiro mundo, do sul, temos vivido tentando sempre acompanhar as mudanças do primeiro mundo, na maioria das vezes sem a maturidade necessária e sem olhar a partir do local. Por isso nos anos noventa passou-se a cultivar a idéia: urbano progresso e rural atraso. É literalmente o abandono do campo.

Porém, na Catalunha, a partir da reação e organização dos professores, das comunidades com a adesão da Universidade de Barcelona o próprio Estado hoje retomou o processo, modificando seu olhar como veremos logo adiante neste trabalho.

Restam problemas a resolver, porém o processo de voltar às raízes buscar soluções próprias bem como a visão de que a vida no campo pode ser saudável e de qualidade, desfazendo-se a dicotomia cidade/campo uma vez que a comunicação, a informação e as tecnologias podem e tem que chegar lá, e de que as pessoas não precisam acumular-se todas nos grandes centros e que viver no campo não significa isolamento, vai se construindo.

Estas são as razões pelas quais convido o meu leitor para juntos fazermos um passeio pela distante Catalunha. PUJALS, p. 95 traz em uma conferência pronunciada em 1986 por Jordi Pujol na Universidade de Sorbonne em Paris cujo título é “ La vocación europea de Cataluña” , o presidente da Generalitat disse umas palavras que tomaremos emprestadas pois são o melhor colorário do quanto temos dito até agora, afirma o autor:

Talvez los catalanes podamos ofrecer un mensaje válido para el resto

de Europa y pra otros pueblos : En Espanha sempre hemos luchado contra el resentimiento ; contra la incompreensión ; En Europa, en Cataluña, contra el periculo de la pérdida de la identidad.. Y no es seguro, por ejemplo, que nuestra sociedad europea de finales de siglo no necesite ejemplo coronados por el éxito, de cosntrucion pacífica de una identidad colectiva. Nosotros, al menos, no tenemos la sensación de harcelo exclusivamente para nosotros.(Jordi Pujol)

Transcrevemos as palavras do presidente da Generalitat, para refletirmos com nosso leitor o pensamento do chefe da nação nesse momento a respeito da Catalunha e seu sentimento nacional: “Talvez os catalães possamos oferecer uma válida mensagem para o resto da Europa e para outros povos: Na Espanha sempre temos lutado contra o ressentimento; contra a incompreensão; Na Europa, na Catalunha contra o perigo da perda da identidade. E não é seguro, por exemplo, que nossa sociedade européia de final do século não necessite de exemplos coroados pelo êxito, de construção pacífica de uma identidade coletiva. Nós, ao menos não temos a sensação de fazê-la exclusivamente por nós”.

Devo informar que meu interesse pela Catalunha¹ ocorre a partir do Seminário Catarinense de Educação do Campo realizado em SC em 2006/ com contatos realizados na ANPED - 2006 que me trouxeram outras informações sobre o Movimento Educacional que lá se desenrola. Data daí o meu especial interesse por esta velha terra, e novíssima nação.e partir daí procurei saber sempre mais sobre ela Velha terra pois pertence ao velho mundo europeu- como Principado da Catalunha, passando a fazer parte da Espanha após a unificação da mesma pelos reis Fernando II e Isabel de Castela, em 1468.

Foi uma comunidade autônoma da Espanha desde então, conseguindo o status de nação pelo referendo popular em 2006. Palco de muitas lutas, agrega povos de diferentes origens e línguas, são falados o catalão e o espanhol considerados como duas línguas oficiais, e também o aranês, entre outras. (site .www.catalonia.com.br) .

Constitui-se hoje, essa nação em modelo para muitas outras, no que concerne à luta pela autonomia e desenvolvimento social e econômico de seus povos, pois agrega

¹ Em PUJALS, J.M. MISERACHS, X. E MANENT,R – Catalonia, p. 11 –assim encontramos: Pese que a Cataluña es hoy un país relativamente pequeño – 32.000 kilómetros cuadrados, seis millones de habitantes -, constiuye la primeira región turística y la décima región industrial de Europa. Un país de España situado entre los Pirineos y el Mediterráneo, en medio de grandes culturas (la francesa e la castellana), que es el resultado de una voluntad de ser histórica, tan enérgica como su voluntad de convivencia com los demás , sin perder por ello su identidad (...) una identidad que desborda los limites territoriales de la actual Cataluña política (...) y que se alimentado de muchas aportaciones procedentes de los países com los que comparte le lengua y la historia (Valencia, Mallorca e Rosellón).

muitas diferenças étnicas, lingüísticas e culturais tentando construir-se como terra acolhedora, e como espaço democrático e justo.

Terra de Gaudi, Salvador Dali, Juan Miró e Pablo Picasso, artistas plásticos que entraram para o rol de patrimônio cultural universal, assim como representa diversas culturas, por ter sido habitada e conquistada por diferentes povos, nos apresenta uma longa e conflituosa caminhada na sua construção.

Lá está a Universidade de Barcelona, estreitamente ligada à história de Barcelona (capital da Catalunha) universidade esta, que recentemente celebrou seu aniversário de 555 anos, sendo a principal Universidade Pública da Espanha e uma das principais da Europa, tanto pelo número de programas quanto pela excelência adquirida nesse campo.

Conhecer um pouco da história desse povo ajuda-nos a perceber, que mesmo para nações e países muito mais antigos que o nosso, e que construíram muito antes sua identidade, é necessário luta e constância para a construção de uma sociedade agregadora. Isso se nos apresenta como um dado alentador considerando que vivemos e pertencemos a um país cuja ‘colonização’ se inicia na modernidade, e considerando ainda estar no rol de países que significaram ‘zonas de garimpo’ para os navegadores europeus. Sendo assim, cinco séculos, sendo que três foram de colônia é um tempo relativamente curto, para a construção de uma sociedade igualitária, de uma educação que contemple as diferenças e agregue a tod@s como cidadãos, considerando que não se constitui em tarefa fácil e exige a participação de todos os atores sociais. Exige movimento, e muita luta.

Se isto, se nos apresenta como um aspecto preocupante aponta também para nosso país possibilidades de futuro promissor, a construção de uma sociedade justa, humana e igualitária, considerando o movimento, as lutas, as resistências a criação de políticas públicas que se organizam em prol da cidadania para todos, haja vista “As Diretrizes Operacionais para A Educação do Campo” resolução do Conselho Nacional de Educação/CEB (Câmara de Educação Básica) – 30/04/2002, resultado da ampla mobilização dos trabalhadores nos últimos vinte anos , das duas Conferências, a I Conferência Nacional “Por uma educação Básica do Campo”, realizada em Luiziana, Goiás de 27 a 31 de julho de 1998, considerada “uma espécie de batismo coletivo da luta dos movimentos sociais e das educadoras e dos educadores do campo pelo direito à educação(...) e da II Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em agosto de 2004, quando “(...) o novo momento político do país complexificou os desafios e ampliou os parceiros da luta e do debate da Educação do

Campo” (2004 p.16) , da centena de parceiros unidos pela causa dos menos ou nada favorecidos.

Percebemos assim que em continentes diferentes em tempos e espaços também diferentes temos algo que nos aproxima: o desejo de mudança, a construção pacífica e coletiva da identidade dos povos.

O *Estatut d'Autonomia de Catalunya* em seu preâmbulo apresenta o texto o qual transcrevemos, para tentar compreender o espírito que o anima.

A partir do texto percebemos o espírito do *Estatuto d'Autonomia da Catalunya* que explica por que a Catalunha se constitui um caso de referência para pensar uma organização diferente, uma sociedade mais humana e igualitária.

Como pudemos compreender o texto refere-se ‘a construção dessa nação através dos séculos, agregando gerações, tradições e culturas o que segundo postula, a constitui como *terra de acolhida*’.

‘Considera a vocação constante de seu povo para o autogoverno’ relatando-nos como ‘através dos séculos formou-se e reconstituiu-se esse pensamento de autonomia, o que se observa pelo percurso de construção e sucessivas reformulações da *Generalitat* – criada em 1359, nas Cortes de Cervera, o sistema institucional em que se organiza politicamente o autogoverno da Catalunha, que é uma espécie de ordenamento jurídico específico que garante a organização da normas e as Constituições e direitos da Catalunha’. O texto nos remete aos diversos momentos de reestruturação dessa *Carta*. Pudemos visualizar: 1714/ 1932/ 1977/ 1978/ 2006.

Vale ressaltar a permanente luta desse povo para não ser subjugado pela cultura hegemônica madrilenha (de Madri) lutando para preservar cultura, linguagem e autonomia de nação (grifo nosso) a partir das leituras da história dessa região da Espanha..

Mostra-nos que houve ‘uma busca constante de uma ideologia que contemplasse os povos que lá vivem com os direitos humanos em sua plenitude’.

‘A liberdade coletiva conta com as instituições da Generalitat e carrega uma história de afirmação e respeito dos direitos fundamentais e as liberdades públicas e individuais e dos povos. Uma história de mulheres e homens da Catalunha que vêm perseguindo um objetivo, de fazer possível a construção de uma sociedade democrática e avançada de bem-estar e progresso, solidária com o conjunto da Espanha e inserida na Europa’.

O povo catalão continua proclamando e contando com os valores superiores da vida coletiva, a liberdade, a justiça, e a igualdade, e manifesta a própria vontade de

avançar por uma via de progresso que assegure uma qualidade de vida digna para todos os que vivem e trabalham na Catalunha.

Os poderes públicos estão a serviço dos interesses gerais e dos direitos da cidadania, com respeito pelo princípio da solidariedade’.

Acredito que essas informações já fizeram com que nosso leitor perceba por que o interesse pela Catalunha, inclusive por essa nação. Por que está ela sendo olhada como um dos possíveis modelos.

Considerando ainda que no interior dessa luta, o que mais nos chama a atenção é o Processo de *Renovação Pedagógica*, lá desenvolvido, nas últimas três décadas e que já traz resultados visíveis, inclusive para o equilíbrio demográfico e social das regiões campesinas, que antes dele, careciam de qualidade e atenção e não eram contempladas com a educação adequada.

“*El Secretariat D'Escola Rural de Catalunya*” através de construção coletiva de mestres e populações envolvidas são responsáveis pelas mudanças.

A Catalunha representa mais um movimento de mobilização coletiva que vem comprovar a relevância da participação para que se garantam políticas públicas assegurando assim o desenvolvimento social e econômico incluindo aqueles e aquelas que têm estado à margem de todos os bens conquistados pela humanidade.

Tentando “ler o mundo”, solicitação e necessidade apontada por Freire, buscamos para este diálogo Boaventura Santos, no texto da palestra proferida durante o painel : “Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária? (28/01/2002 – Porto Alegre).

Pensando uma cidadania que acolha a tod@s. Pode-se perceber por meio do texto que a busca do povo catalão é a busca de muitos outros povos, é a utopia possível de sociedade daquel@s que não estão incluídos “por que esta é uma sociedade de modelo liberal que inclui o próprio mercado e os direitos dos cidadãos autônomos, vinculados a interesses particulares”. Porém segundo o autor, e a partir das nossas constatações, vivências e leituras vemos que muitos são os que são excluídos desse modelo. “(...) Uma sociedade onde o direito é falso universalismo. Isso porque nem todos têm direitos, muitos não são cidadãos, ficaram fora do contrato social, lançados no estado da natureza”. Nosso ponto focal, também o é para Boaventura, quando logo adiante afirma: “É também uma sociedade onde sobre tudo nas cidades coloniais, a sociedade civil não foi constituída. Para os indígenas, os nativos eram constituídos pelos colonos, ou seja, a sociedade civil é sempre o outro”. E poderíamos dar seqüência a seu

pensamento afirmando: Para os pobres, a sociedade civil são os ricos; para as comunidades campesinas, a população urbana, para os analfabetos, os que possuem os segredos da escrita.

Portanto, o olhar para a Catalunha, nos remete de volta para o nosso local, para que encontremos motivação, no sentido de assumirmos o protagonismo e nos organizarmos em nossa região, estado e nação, na construção de um espaço melhor para se viver que acolha esses “cidadãos planetários”, conforme propõe Boaventura, uma sociedade realmente inclusiva.

Se olharmos em volta, para o mundo globalizado e insensível do “valor” e do “mercado”, nós que buscamos uma outra organização social algumas vezes nos desesperamos, porém, recentemente parece que se acende uma chama de esperança que cresce e toma vulto. E aqui, e lá, acendem-se outra e outra, e começam a aquecer e iluminar esse mundo tão frio e tão feio no qual estamos vivendo.

Como exemplo de uma dessas ações poderíamos citar o Evento da UNESCO- *Educação para todos na América Latina e no Caribe* na versão ocorrida na Tailândia e em Cuba, e neste ano de 2007, em Buenos-Aires, para pensar a educação como uma alternativa imprescindível e constitutiva para a inclusão, a conquista da cidadania e autonomia individual e coletiva.

Considerando a pertinência com as idéias que estamos defendendo trazemos os itens 18 e 19 do texto (em Português para facilitar o entendimento): Educación de Calidad para Todos: um assunto de derechos humanos.- Documentos de discusión sobre políticas educativas:

¹. 18 A pertinência da educação alude à necessidade de que esta seja significativa para as pessoas de distintos estratos sociais e culturas e com diferentes capacidades e interesses, de forma que possam apropriar-se de conteúdos da cultura mundial e local, e construir-se como sujeitos desenvolvendo sua autonomia e autogoverno e sua própria identidade. Para que haja pertinência, a educação tem que ser flexível e adaptar-se às necessidades e características dos estudantes e aos diversos contextos sociais e culturais. Isto exige transitar desde uma pedagogia da homogeneidade até uma pedagogia da diversidade, aproveitando esta como uma oportunidade para enriquecer os processos de ensino/aprendizagem e otimizar o desenvolvimento pessoal e social.

19. O desenvolvimento de um currículo relevante e significativo para toda a população enfrenta uma série de dilemas que deveriam melhor considerar-se como equilíbrios a alcançar entre o mundial e o local, entre o universal e o singular, como dizer, converter-se em cidadão do mundo e participar ativamente na comunidade de origem; entre as necessidades do mercado de trabalho e as de desenvolvimento pessoal; entre o comum e o diverso; entre o disciplinar e a integração dos conteúdos.

Vale a pena ler a série de documentos advindos desses encontros com os representantes

dos países latino-americanos que se encontram no site da UNESCO.

O que constatamos é que pela solidariedade ou pela própria necessidade de conter a explosão social, as preocupações das minorias, dos militantes dos movimentos sociais, das ONGS, e também dos órgãos governamentais dos diversos países convergem neste momento histórico. Penso, portanto, que podemos trilhar, respeitando nosso contexto, o caminho percorrido pela Catalunha participando na construção de Projetos, de políticas de Educação que garantam a universalidade, sem a perda dos valores locais, que preservem a cultura e as peculiaridades dos povos de nossa região e de nosso país.

**‘EI SECRETARIAT D'ESCOLA RURAL DE CATALUNYA’,
tecendo algumas reflexões prévias a propósito do documento oficial**

Antes de falar do Secretariado faz-se necessário contextualizar a Catalunha, sobretudo na segunda metade do século passado.

A partir desta reflexão pode-se compreender todo o empenho colocado a termo por tantos mestres anônimos que a própria ausência de infra-estrutura, desafiava. O Secretariado mudou uma realidade educativa que na maioria dos casos, estava arraigada à supressão das escolas dos povos, sobretudo daqueles povos que habitavam lugares de acesso difícil.

A década de 60, é portadora de uma proposta para todo o estado: uma política de concentrações escolares. Ela entende mais conveniente transportar alunos do meio rural aos grandes centros da capital da comarca ou para as cidades. Aquele modelo de escola é defendido diante dos pais e mães e dos filhos, com o argumento que as escolas maiores têm mais possibilidades de formação. *“A concentração possibilita haver cantina, professores especialistas de ginástica, de música...”*

Às famílias que queriam sua própria escola eram dados vales de transporte escolar, de cantina enfim todo o alojamento para que aceitassem, “de mais ou menos bom grado”, transladar as crianças às concentrações escolares e deixar que as escolas dos povos, sem recursos, fechassem as portas naquele momento.

Aos mestres aos quais se suprimia o espaço da escola oferecia-se em troca alternativas restritas como a mesma possibilidade de reconhecimento que os mestres urbanos, e lhes era providenciada, a transferência para uma escola grande...

Há que se dizer que como norma isolada se permitia a sobrevivência de algumas escolas do povo com a resolução de conceder um complemento econômico aos mestres

que trabalhassem em “escolas de difícil desempenho” ou uma outra que concedia ajustes àqueles que organizassem e servissem as refeições, nas escolas que assistiam alunos procedentes de lugares vários e dispersos.

A Lei Geral de Educação de 1970 (LGE) acelera o processo de concentração com a insistência na graduação escolar e na igualdade de oportunidades. Durante todo aquele período o Ministério da Educação tinha muito claro que se havia entrado em um processo de concentração escolar crescente e irreversível. O meio rural estava condenado a desaparecer juntamente com suas escolas. Vale aqui ressaltar que essas tendências não são casuais e, se constituem em políticas internacionais sobre as quais não vamos discutir nesse momento.

Estabelecendo um paralelo, no país e em nosso Estado vivenciamos momento semelhante que toma corpo em 1991 com a Proposta da Descentralização do Ensino, encabeçada pela Secretaria de Educação do Estado – SC. A descentralização, impõe aos municípios a responsabilidade pelo ensino de 1ª a 4ª série, em contrapartida os municípios que assumirem terão mais verbas, o que instiga às prefeituras a aceitarem a proposta. Conseqüência disto: junto às escolas urbanas, os municípios assumem as escolas rurais (multisseriadas). São pequenas escolas em locais distantes, poucos alunos e com tendência a diminuir, devido ao êxodo rural, sendo as verbas escassas. Solução encontrada no momento: “o processo de nucleação”. A criação de um núcleo que passa agregar várias escolas pequenas, oferecendo como na Espanha: transporte escolar, mais estrutura, e outras “vantagens”, especialmente “uma escola mais urbana”.

Quanto aos Movimentos de Renovação Pedagógica da Catalunha, eles aparecem em meio àquele panorama, como a reação de escolas diferentes, e com os documentos sobre a melhoria da escola pública de 1975 e 1976, unem-se as iniciativas de alguns mestres isolados que crêem que uma outra escola (rural e urbana) é possível. A origem do *Secretariat* surge da luta pela melhora dessa escola sendo a renovação pedagógica um movimento de mestres. O *Secretariat* experimentará um desenvolvimento paralelo ao da escola do meio rural.

Uma série de etapas das Jornadas da Escola Rural da Catalunha permitem entrever as metas e como se desenvolveu o movimento ao longo do tempo.

Como já citamos anteriormente em 1970 é promulgada a LGE- Lei Geral de Educação trazendo em seu bojo a idéia de universalidade e de urbanização, fechando escolas do meio rural, e trazendo os alunos para os centros urbanos com a promessa de melhorias. Porém, passado o impacto, alguns mestres iniciam processo de discussão e reação a essa

política e após nove anos, organiza-se a Primeira Jornada da Escola Rural da Catalunha realizada em junho de 1979, trazendo como propostas: reunir o esforço de equipes de mestres que se preocupem com a escola rural e lutem por ela, recolher algumas experiências pessoais de mestres que reconheçam os problemas assim como também as experiências realizadas no campo da sua própria formação, e buscam as Instituições que haviam iniciado estudos sobre alguns temas relacionados com a escola rural para que subsidiem os mestres (*Departament d'Ensenyament i Cultura de la Generalitat , la Inspecció Tècnica d'EGB i el Departament de Planificació de l'ICE DE l'Autònoma*). Fica ainda nessa primeira jornada a decisão de encorajar o trabalho para poder organizar uma Segunda Jornada da Escola Rural.

A origem e o desenvolvimento do conceito de ZONA ESCOLAR RURAL se dá no que podemos chamar segunda etapa desse processo, ou seja, entre 1980 e 1987. No ano de 1980 é realizada em *TÀRREGA (URGELL)* a segunda Jornada trazendo o lema "Aturem as concentrações" "Comecem a falar de Zona ou Setor escolar". Como se percebe há uma forte reação à idéia governista de acabar com as e pequenas escolas do interior e já desponta uma proposta de escolas rurais organizadas por Zonas. Pode-se considerar este um marco, pois, aí se inicia um processo participativo, crítico e criativo no qual se constata o protagonismo dos movimentos de mestres de escola rural com a confluência dos outros setores e instituições. Este processo vai se definindo ao longo das seguintes datas: 1983/1984/1985/1986/1987, anos em que acontecem da 3ª a 6ª jornada num crescente processo de discussão e amadurecimento e que culmina no documento: "Projecte de Zones Escolars per a L'escola Rural".

A terceira etapa desenvolve-se entre os anos 1988 e 1990 quando são constituídas as Zonas Escolares Rurais sendo criadas as primeiras quinze zonas, sendo que a partir da 7ª Jornada se inicia a aplicação da reforma da escola rural (1990).

Já a 5ª etapa coincide com a mudança de século em Torroella de Montgri, na qual são assumidos alguns compromissos para a escola rural do século XXI: 1º compromisso da inovação o melhor argumento será a qualidade; 2º compromisso da participação: a união faz a força; 3º o compromisso da comunicação: do isolamento para a rede; 4º o compromisso da formação inicial e permanente: Escola rural e Universidade; 5º compromisso da reflexão crítica, a continuidade e a persistência do Secretariado da Escola Rural da Catalunha.

Como se pode perceber, houve uma longa caminhada de construção coletiva, de retomadas e constantes avaliações, de parcerias entre a Generalitat, que é o poder

público e os professores do campo, com a assessoria da Universidade de Barcelona através de seus mestres e programas de formação, objetivando garantir eficiência, eficácia, objetividade, sem suprimir as subjetividades das pessoas e das comunidades nesse trabalho tão “sui-gêneris” que é a educação para/ e com/ os povos do campo. Uma educação que vise o global, sem perder de vista o local com suas especificidades. O local olhado como um lugar bom para se viver e crescer com perspectivas de futuro (isto remete-nos a páginas anteriores “Educação para Todos na América Latina e no Caribe” – itens, 18, 19 – 2007)

Por isso se faz importante olhar para essa pequena nação e à luz de seus estudos e caminhada, para a nossa região, reconhecer-lhe como espaço único, mas ‘que está em relação com’/ e tentarmos pensar para que possamos também construir uma educação para o nosso campo, mas também com ele, que venha realmente trazer sua contribuição, no sentido de que essas mulheres, homens e crianças que lá vivem tenham autonomia para buscar alternativas de trabalho que lhes garantam uma melhor qualidade de vida.

Para dar sentido à nossa fala trazemos uma paráfrase da fala da Conselheira Marta Barrera²– Secretariat d'Escola Rural: “A Escola Rural é uma escola pública com aspectos específicos que a fazem um Modelo de Escola Diferente” e tentamos estabelecer um paralelo com as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo – CNE/ CEB nº1, 03/04/2002.

Os aspectos diferenciais que listamos a seguir serão desenvolvidos pela conselheira: Interação entre alunos de diferentes níveis cursos e idades e entre mestres e alunos. Agrupamentos flexíveis e enriquecimento em dobro já que a Escola traz a diferença de níveis, e pela ZER (zona de educação rural) com o encontro de companheiros que têm em comum o mesmo, ou espaço geográfico próximo.

“Atenção individual - métodos de trabalho próprios. Atenção à diversidade que permite respeitar os ritmos de trabalho , de maturação e de aprendizagem de cada aluno(a). Princípio da Reforma que é uma propriedade intrínseca a (I'ER) pois há dois níveis de atuação fora e dentro do âmbito da I'ER que podem mostrar-se inovadores e que pelas trocas de experiência, se potenciam, se constatam a melhora na qualidade do ensino”.

Continuando o paralelo trazemos: As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo que assim apresentam no art.2º - parágrafo único:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às

²Exposat davant Consellera d'Ensenyament, Hble. Sra. Marta Cid i Pañella al Secretariat d'escola Rural celebrat a Ulldemolins al 27de març de 2004.

questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões “qualidade social da vida coletiva do país.

“Flexibilidade – Uma forma de trabalhar livre, dentro de uma organização geral mais pautada.

(Flexibilidade de horários, de currículo, de materiais, de recursos, de agrupamentos, de atividades, de espaços,...) os meninos e meninas de diferentes idades, interesses e necessidades convivem e aprendem em um espaço organizado de maneira heterogênea e flexível, de maneira que permita atender a todos e cada um deles.”

No Art. 7º das Diretrizes está contido o seguinte texto que converge em sua semântica para o anterior:

É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, por meio de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

O artigo 13. Parágrafo I ainda complementa o que parafraseamos: salienta a necessidade de estudos do professor que trabalha com as escolas do campo sobre a diversidade e o protagonismo das crianças e jovens, bem como dos adultos das regiões camponesas na construção da qualidade de vida de cada um e na participação coletiva de qualidade das comunidades do país e do mundo.

Quanto à Metodologia, Barrera evidencia por aquela que potencia a autonomia, a responsabilidade e os hábitos de trabalho, (planos de trabalho, projetos, assembleias, conferências, desdobramentos de grupos, trabalho individual, em duplas, em pequenos grupos, em grandes grupos,...) e a globalização dos conteúdos e habilidades básicas trabalhadas e desenvolvidas no próprio fazer-se da IER., na própria metodologia intrínseca e constante, prova disso são os bons resultados que os alunos das escolas rurais têm obtido nas provas de capacidades básicas que o Departamento de Ensino tem levado a termo.

Retomando a palavra, objetivando dialogar com a conselheira e a experiência catalã, podemos constatar que os pontos relevantes da reforma acima citados, ou seja, interação dos alunos de diferentes níveis de idade, de conhecimento e interesses, atenção individual e métodos de trabalho que respeitem as diferenças atendendo assim à diversidade, flexibilidade na maneira de trabalhar constituem-se em fatores presentes

em nossas escolas multisseriadas, e podem tornar-se aliados de um ensino significativo, de qualidade, como se alcançou na Catalunya, elemento relevante tanto na escola multisseriada e do campo, quanto urbana que também busca novos paradigmas que a constituam menos fragmentada e mais significativa.

O que nos acena precisa se desencadear, é a caminhada e construção coletiva dos inúmeros interessados no desenvolvimento do campo, bem como da nossa região, de todos os sujeitos envolvidos com esse processo: autoridades estaduais e municipais, secretários de educação, professores, alunos, pais e mães, líderes comunitários, Universidade, ONGS, igrejas, para realizar a caminhada da redenção da escola pública no campo e na cidade mas, cada qual com sua especificidade, para que cumpram sua função social, contribuam para o desenvolvimento dos povos desta região sejam eles do campo ou da cidade, brancos ou negros homens mulheres ou crianças.

Sabendo que não se pode esquecer que para que haja efetivamente a participação seja dos (as) professores (as), dos pais e mães, e da comunidade como um todo, há que se conquistar a “cidadania ativa”³, categoria que consideramos indispensável nessa construção. Falamos da cidadania almejada e que vem sendo aos poucos pensada e construída pela parcela da população que acredita na possibilidade de um mundo diferente de uma sociedade e cidadania planetárias conforme defende Boaventura em sua palestra de 28 de Janeiro, 2002, no Fórum Social em Porto Alegre, já citado anteriormente:

Penso que em todas as tradições da modernidade há as versões dominantes e as versões dominadas. Há versões suprimidas, conhecimentos suprimidos, marginalizados, que fizeram parte dessa modernidade, mas que nunca puderam ter o direito de cidadania. E aí está um conceito de sociedade civil que é aquilo que nos acostumamos a chamar de sociedade civil estranha, a dos oprimidos, dos de baixo, daqueles que estão numa situação de praticamente não cidadania, mas que lutam efetivamente para adquirir esta cidadania e entrar no contrato social.

E continua ainda o referido autor em seu raciocínio, o qual acompanhamos, esta sociedade, que é nosso foco “não inclui o mercado”, constitui-se realmente [daquel@s](#) que lutam por seus direitos “é a sociedade civil do terceiro setor, das organizações solidárias, das organizações não governamentais, dos movimentos sociais” e conclui seu

³ Cidadania ativa – apoiamos esse conceito nos estudos de SCHERER-WARREN, Ilse/ BENEVIDES, M.V.DE M. CHAUÍ, M. /SANTOS, B.- entendendo como cidadão ativo aquele que efetivamente participa das lutas, das decisões, que interfere, ou seja cidadania conquistada e não dada, diferente de cidadania apenas representativa.

pensamento afirmando: “É essa sociedade civil que há de ser o embrião da sociedade civil planetária que queremos construir”, ao que acrescentamos é dessa forma e nessa situação que se dá a conquista da “cidadania ativa”, segundo (BENEVIDE-2003), “cidadania sem fronteiras” para (WARREN-SHERER-1999), “cidadania cultural” para CHAUI – 2006, sendo que todas convergem para um ponto comum: a inclusão.

É dessa cidadania que precisamos e da qual falamos, e comungamos com os autores citados e especialmente com Boaventura, que assim conclui sua palestra: ‘É uma utopia, mas não vos deixeis intimidar pela idéia de que somos utópicos. Todas as grandes idéias, antes de se realizarem, foram consideradas utópicas’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esta pesquisa, buscando parceiros na distante Catalunha, tentar percorrer por meio das leituras realizadas nas bibliografias de lá advindas, os caminhos que aqueles povos trilharam em busca de autonomia, de uma vida de qualidade nas regiões campestres, sustentada pela construção, organização e estudo e especialmente pela formação de redes, demonstrou-nos mais uma vez a perspectiva de que pela luta coletiva nos fortalecemos e podemos muito, garantindo assim o desenvolvimento sustentável de nossas regiões e país.

Nosso objetivo com esta pesquisa, no entanto não é copiarmos um modelo, mas nos espelhamos no processo de construção lá realizado, para que continuemos nossa luta por um Brasil mais humano, que agregue seus diferentes povos, garantindo vida digna a todas e todos os seus filhos. A luta já existe no Movimento de Educação do Campo, o que se precisa é engrossar fileiras e garantir que seus efeitos cheguem a cada pequena, mas importante escola, para cada rincão desse nosso país continental.

REFERÊNCIAS

MUNARIM, Antônio. **Educação e esfera pública na serra catarinense** : A experiência política do plano regional de educação. Florianópolis: Núcleo de Publicações, 2000. 375 p.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa** : referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3.ed. São Paulo: Ática, 2003. 208p

SANTOS, Boaventura palestra – Fórum Social Mundial 2002 – Porto Alegre

CHAUI, Marilena de Souza. **Cidadania cultural** : o direito à cultura. São Paulo:

Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 147p

DIRETRIZES OPERACIONAIS para a EDUCAÇÃO DO CAMPO – CNE/
CEB Nº 1 – 03/04/2002

TEXTO: EDUCAÇÃO PARA TODOS NA AMÉRICA LATINA E NO
CARIBE - 2007

MUNARIM, Antônio. **Educação e esfera pública na serra catarinense** : A
experiência política do plano regional de educação. Florianópolis: Núcleo de
Publicações, 2000. 375 p.

PUJALS, J. M. Miserachs, X.E. MANENT, R. Catalonia

REVISTA dels MOVIMENTS DE RENOVACIÓ PEDAGÒGICA –FEDERACIÓ DE
MPR de Catalunya- Debats per la Renovació Pedagògica – nº4 corresponent maig de
1993 – Edició, novembre de 1993

----- Temes de Renovació Pedagògica – Projecte 100 mesures – nº8 –
octubre 1992

----- Autonomia curriculum i renovació pedagògica nº 13 Gener de 1994.

-----Actes D' Obertura del Primer Congrés de la Renovació Pedagògica nº
14 e 15 març 1994

-----VIII Jornades D' Escola Rural – nº10 maig 1993.

-----CAP AL CONGRÉS – La Implantació de LA Logse a Catalunya.
Posició dels Moviments de Renovació Pedagògica docum. Nº 2 num.11-12 julial 1993

----- IV Jornades de MPR CONCLUSIONS nº 9 gener 1993

SCHERER-WARREN, Ilse(ORG.)FERREIRA, José Maria
Carvalho(ORG.). **Transformações sociais e dilemas da globalização** : um diálogo
Brasil/Portugal. São Paulo: Cortez & Moraes, 2002. 263

Site – www.catalonia.com.br